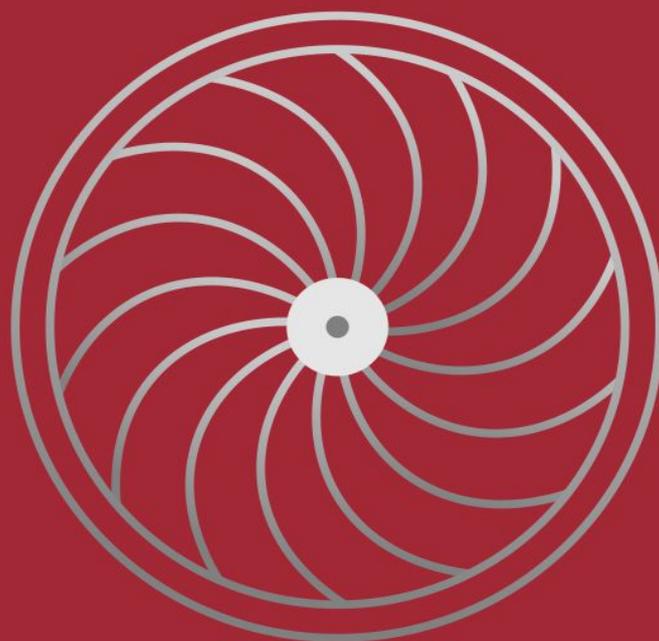


ISSN 2183-5519



Unidade de Monitorização
de Políticas Públicas

ESTUDOS

ESTUDO DE CASO: ANÁLISE DO PERFIL DE INVESTIMENTO
EM AÇÕES COLETIVAS APOIADO PELO QREN 2007-2013 NA
REGIÃO ALENTEJO

Paulo Neto, Maria Manuel Serrano, João Fermisson, Cristina Nunes e Nuno Duarte

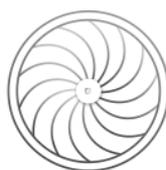
UMPP Estudos Nº 4 | 2015



UNIVERSIDADE
DE ÉVORA



UNIVERSIDADE
DE ÉVORA



UMPP®
Unidade de Monitorização
de Políticas Públicas

Ficha Técnica

Título: Estudos

Série: Estudos - Unidade de Monitorização de Políticas Públicas (UMPP)

Coordenação: Paulo Neto e Maria Manuel Serrano

Autores do UMPP Estudos nº 4 | 2015: Paulo Neto, Maria Manuel Serrano, João Fermisson, Cristina Nunes e Nuno Duarte

Design gráfico: Cristina Brázio

Numeração: UMPP Estudos nº 4 | 2015

Edição: Universidade de Évora

Data: 2015

ISSN 2183-5519

Periodicidade quadrimestral

Unidade de Monitorização de Políticas Públicas (UMPP)

Universidade de Évora

Casa Cordovil, Sala 128, Rua Dom Augusto Eduardo Nunes, nº7

7000-651 Évora - Portugal

e-mail: umpp@uevora.pt

www.umpp.uevora.pt



Os UMPP Estudos são publicados sob a responsabilidade da Unidade de Monitorização de Políticas Públicas (UMPP) da Universidade de Évora. As opiniões expressas e os argumentos apresentados nesta publicação não vinculam a Universidade de Évora nem as demais entidades que financiam a atividade da UMPP ou aquelas com as quais a UMPP colabora.

APRESENTAÇÃO DA UMPP

A Unidade de Monitorização de Políticas Públicas (UMPP) da Universidade de Évora é uma estrutura técnica e científica dedicada à produção de conhecimento e informação sobre conceção, monitorização e avaliação de políticas públicas.

A UMPP foi criada com o apoio do Programa Operacional Regional do Alentejo 2007-2013 (INALENTEJO) e tem como objetivo principal promover a avaliação e monitorização das políticas públicas implementadas ou em processo de implementação na unidade territorial NUTS II do Alentejo, bem como assegurar a ampla disseminação desse conhecimento neste âmbito territorial.

A competitividade dos países, das regiões e das empresas está cada vez mais dependente das condições em que uns e outras tomam decisões e as concretizam de forma eficiente e eficaz. Neste sentido, a capacidade e competência na definição e implementação de políticas públicas por parte do Estado e a assertividade na concretização de estratégias e iniciativas bem sucedidas por parte das demais organizações são hoje fatores decisivos para o desempenho das sociedades em que se inserem.

A relevância, pertinência, coerência e valor acrescentado das políticas públicas são hoje aspetos absolutamente cruciais para as condições de desenvolvimento dos países, dos territórios, das organizações e dos indivíduos. Desde logo, em função dos contextos regulamentares e de enquadramento que estabelecem, dos mecanismos de incentivo e estímulo em que assentam, dos paradigmas e visão de futuro para que apontam, do nível de sofisticação e inovação que lhe está associado e da intencionalidade estratégica que imprimem e transmitem, numa perspetiva de médio e longo prazo, aos sectores e atividades a que se destinam.

Num momento em que é cada vez maior o nível de exigência técnica e científica associado ao processo de planeamento da economia, da sociedade e dos territórios, e à construção e salvaguarda das suas condições de competitividade e de desenvolvimento, a Universidade de Évora entendeu criar uma Unidade de Monitorização de Políticas Públicas dedicada à produção de conhecimento e à avaliação e monitorização de políticas públicas aplicadas, ou em processo de aplicação nesta região.

A UMPP desenvolve a sua atividade em estreita cooperação com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDRA) e em parceria com as seguintes entidades: Delegação Regional do Alentejo do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP); Direção Regional de Cultura do Alentejo (DRC Alentejo), Entidade Regional de Turismo do Alentejo (Turismo do Alentejo) e Agência para o Desenvolvimento Regional do Alentejo (ADRAL) e Administração Regional de Saúde (ARS) do Alentejo.

A UMPP pauta a sua atividade por princípios de rigor, isenção, transparência e responsabilidade, e uma preocupação constante de auscultação e colaboração com as entidades e agentes da região Alentejo, mas também relativamente às de âmbito nacional e internacional.

Convidamo-lo(a) a conhecer o trabalho que fazemos!

Os UMPP ESTUDOS

A Unidade de Monitorização de Políticas Públicas (UMPP) da Universidade de Évora é uma estrutura técnica e científica dedicada à produção de conhecimento e informação sobre conceção, monitorização e avaliação de políticas públicas.

Os UMPP Estudos são documentos de natureza sectorial e ou temática, elaborados com a preocupação de assegurar a concretização de análises em profundidade sobre políticas públicas concretas.

Esta publicação destina-se a cumprir um dos objetivos da UMPP, nomeadamente a produção de conhecimento e de informação sobre a conceção, monitorização e avaliação das políticas públicas implementadas, ou em processo de implementação, na Região Alentejo, bem como promover a disseminação dessa informação no contexto regional e nacional.

O UMPP Estudos nº 4 - 2015 é dedicado ao Estudo de Caso “Análise do Perfil de Investimento em Ações Coletivas apoiado pelo Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) 2007-2013 na região Alentejo”.

ÍNDICE GERAL

1. INTRODUÇÃO	6
2. MODELO DE ANÁLISE	7
2.1. ANÁLISE POR INSTRUMENTO DE POLÍTICA	7
2.2. ANÁLISE POR <i>FOCUS</i> SETORIAL	8
2.3. ANÁLISE POR TIPOLOGIA DE BENEFICIÁRIO	8
2.4. ANÁLISE POR <i>OUTPUT</i>	9
2.5. ANÁLISE POR DOMÍNIO DE ESPECIALIZAÇÃO DA EREI ALENTEJO	9
3. OBJETIVOS DE POLÍTICA	11
4. INSTRUMENTOS DE POLÍTICA.....	12
4.1. SISTEMA DE APOIO A AÇÕES COLETIVAS	12
4.2. PROMOÇÃO E CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL	14
5. REALIZAÇÕES E RESULTADOS	16
5.1. CARACTERIZAÇÃO POR INSTRUMENTO DE POLÍTICA.....	16
5.1.1. Análise Comparativa – Contexto Nacional e Regiões de Convergência.....	16
5.1.2. SIAC.....	18
5.1.3. PCI.....	20
5.2. CARACTERIZAÇÃO POR <i>FOCUS</i> SETORIAL	20
5.3. CARACTERIZAÇÃO POR TIPOLOGIA DE BENEFICIÁRIO	22
5.4. CARACTERIZAÇÃO POR <i>OUTPUT</i>	24
5.5. CARACTERIZAÇÃO DA INSERÇÃO NA EREI ALENTEJO	25
6. PRINCIPAIS CONCLUSÕES.....	28
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	29

1. INTRODUÇÃO

O presente Estudo de Caso incide sobre a análise do Perfil de Investimento em Ações Coletivas apoiado pelo Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) 2007-2013 na região Alentejo. Do ponto de vista temático, optou-se, nesta fase inicial da atividade da Unidade de Monitorização de Políticas Públicas (UMPP) da Universidade de Évora, por concentrar esforços no domínio da promoção do desenvolvimento económico da região, selecionando para o efeito instrumentos de política integrados na designada Agenda Operacional Temática para a Competitividade. Este Estudo de Caso surge precisamente com esta preocupação e, para além da Introdução, estrutura-se nos seguintes pontos:

- Modelo de Análise – traça as linhas metodológicas e seleciona 5 tópicos a partir dos quais se procura analisar o perfil de investimento em Ações Coletivas apoiado pelo QREN 2007-2013 no Alentejo. Mais especificamente, o Estudo incide sobre a análise dos instrumentos de política; a análise do *focus* setorial do investimento; a análise e categorização por tipologia de entidade beneficiária; a análise e categorização do investimento por *output*; a análise por domínio de Especialização da Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Alentejo (EREI Alentejo).
- Objetivos de Política – o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) 2007-2013 assumiu como grande desígnio estratégico a qualificação dos portugueses, valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação, bem como a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sociocultural e de qualificação territorial. Para a prossecução deste desígnio foram operacionalizadas três grandes Agendas Operacionais Temáticas, entre as quais a Agenda Operacional para os Fatores de Competitividade, que enquadrou os instrumentos de política vocacionados para o estímulo do desenvolvimento empresarial.
- Instrumentos de Política – o Sistema de Apoio a Ações Coletivas (SIAC) e a Promoção da Capacitação Institucional (PCI) são os instrumentos de política, enquadrados na Agenda Operacional para os Fatores de Competitividade, que visaram induzir níveis crescentes de eficiência e competitividade, quer ao nível do tecido empresarial e das próprias instituições, quer ao nível dos territórios, em particular nos territórios das regiões de convergência – Norte, Centro e Alentejo.
- Realizações e Resultados – caracteriza-se o perfil de investimento em Ações Coletivas, de acordo com as dimensões selecionadas no modelo de análise.
- Principais Conclusões – apresentam-se as evidências que emergem da análise do perfil do investimento em Ações Coletivas apoiado pelo Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) 2007-2013 na região Alentejo.

2. MODELO DE ANÁLISE

A análise do Perfil do Investimento em Ações Coletivas apoiado pelo Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) 2007-2013 na região Alentejo ancora-se no sistema de informação do QREN, designadamente na informação relativa aos projetos aprovados no âmbito do Programa Operacional Fatores de Competitividade (COMPETE)¹ e do Programa Operacional Regional Alentejo (INALENTEJO).

Para a caracterização do perfil do investimento são utilizadas diferentes lógicas de análise e categorização do investimento realizado com o apoio financeiro dos instrumentos de política SIAC e PCI:

1. Análise do investimento apoiado por Instrumento de Política;
2. Análise do *focus* setorial do investimento apoiado;
3. Análise e categorização do investimento apoiado por tipologia de beneficiário;
4. Análise e categorização do investimento apoiado por *output*;
5. Análise do investimento apoiado por Domínio de Especialização da Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Alentejo (EREI Alentejo).

Após a exposição dos resultados, são apresentadas as principais conclusões (*vd.* Capítulo 6) no que se refere à Análise do Perfil do investimento em Ações Coletivas apoiado pelo Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) 2007-2013 na região Alentejo.

2.1. ANÁLISE POR INSTRUMENTO DE POLÍTICA

Na análise do investimento apoiado, por instrumento de política, são estabelecidas comparações entre a região Alentejo e os totais nacionais para os instrumentos em análise, e entre esta região e o conjunto das três regiões de convergência – Norte, Centro e Alentejo –, nas dimensões número de projetos, montante de investimento (elegível) e financiamento comunitário concedido.

Esta análise contempla também a distribuição dos projetos aprovados na região Alentejo por Programa Operacional e a caracterização autónoma do desempenho da região em cada um dos instrumentos de política. Para os instrumentos considerados apresenta-se o número de projetos, o montante de investimento (elegível), o financiamento comunitário concedido e a localização do investimento.

¹ Os dados utilizados na análise foram recolhidos em junho de 2015 (em <http://www.pofc.qren.pt/projectos/projectos-aprovados-qren>), reportam-se à execução dos projetos a março de 2015 e referem-se exclusivamente aos projetos localizados apenas na região do Alentejo, face à impossibilidade de desagregação da informação referente a projetos multi-regionais.

Os instrumentos de política considerados nesta análise são o Sistema de Apoio a Ações Coletivas (SIAC) e a Promoção e Capacitação Institucional (PCI), instrumentos integrados no Programa Operacional Temático Fatores de Competitividade (COMPETE) e nos Programas Operacionais Regionais do Continente.

2.2. ANÁLISE POR FOCUS SETORIAL

A análise do *focus* setorial do investimento foi feita através da classificação dos projetos aprovados em grandes setores de atividade, designadamente: Agricultura, Comércio, Construção, Energia, Indústria, Serviços, Transportes e Turismo.

Na análise do perfil de investimento, de acordo com o *focus* setorial dos projetos aprovados, é apresentada a sua estratificação em termos de número de projetos, investimento (elegível) e financiamento comunitário.

2.3. ANÁLISE POR TIPOLOGIA DE BENEFICIÁRIO

A análise do investimento por tipologia de beneficiário foi feita através da classificação dos beneficiários dos projetos aprovados em diferentes categorias, cuja identificação é feita no quadro seguinte (Quadro 1).

QUADRO 1 – CATEGORIZAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS

Instrumento de Política	Tipologia de Beneficiário
SIAC	Associação Empresarial (AE) Multisetorial; AE Regional Multisetorial; AE Setorial; AE Regional Setorial; Agência Pública; Entidade Gestora de Estratégia de Eficiência Coletiva (EEC); Entidade do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN)
PCI	Associação Empresarial (AE) Regional Setorial; AE Setorial; Agência Regional de Promoção Turística; Associação de Desenvolvimento Local; Associação de Desenvolvimento Regional; Autarquia Local; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR); Centro de Estudos; Comunidade Intermunicipal (CIM); Diocese; Empresa; Empresa Municipal; Entidade Regional de Turismo; Entidade do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN); Fundação; Instituto Público; Organização Não Governamental (ONG); Sociedade de Reabilitação Urbana (SRU); Outras Tipologias

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Regulamento Específico do Sistema de Apoio a Ações Coletivas e no Regulamento Específico do Domínio da Promoção e Capacitação Institucional.

Na análise do perfil de investimento por tipologia de beneficiário dos projetos aprovados, é apresentada a estratificação em termos de número de projetos, investimento (elegível) e financiamento comunitário.

2.4. ANÁLISE POR *OUTPUT*

A análise do perfil do investimento por *output* dos projetos enquadrados pelo SIAC e pela PCI baseia-se em duas abordagens distintas, direcionadas para cada um dos instrumentos de apoio. No caso do investimento apoiado pelo SIAC é associado a cada um dos projetos aprovados o respetivo *output*, de acordo com as categorias definidas quadro 2. Para o domínio da PCI, é atribuído a cada projeto aprovado um de três *outputs*: capacitação da região, capacitação das empresas e capacitação da instituição (promotora do projeto).

QUADRO 2 – CATEGORIZAÇÃO DE *OUTPUT*

Instrumento de Política	Tipologia de Beneficiário
SIAC	Campanha Promocional; Dinamização de Estratégia de Eficiência Coletiva (EEC); Estudo; Manual; Plataforma para Difusão de Conhecimento; Programa de Apoio à Internacionalização, Programa de Apoio ao Empreendedorismo; Rede; Sensibilização; Serviço para Empresas; Sistema de Informação; Outro
PCI	Capacitação da região; Capacitação das empresas; Capacitação da instituição

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Regulamento Específico do Sistema de Apoio a Ações Coletivas e no Regulamento Específico do Domínio da Promoção e Capacitação Institucional.

2.5. ANÁLISE POR DOMÍNIO DE ESPECIALIZAÇÃO DA EREI ALENTEJO

A Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Alentejo (EREI Alentejo), uma das componentes fundamentais da estratégia de desenvolvimento regional, visa, no essencial, melhorar a competitividade e a internacionalização da economia regional, suportada nas suas vantagens competitivas diferenciadoras e nas capacidades e competências do Sistema Científico e Tecnológico (SCT) Regional.

A EREI Alentejo identifica um conjunto de prioridades temáticas e propõe quatro grandes objetivos estruturais: i) Melhorar o desempenho do Sistema Regional de Inovação; ii) Explorar áreas emergentes; iii) Intensificar os padrões de interação e cooperação entre atores, reforçando a combinação simbiótica entre recursos e atividades económicas; iv) Promover a construção coletiva de vantagens competitivas e de *spillovers* económicos e de conhecimento.

É neste âmbito que se enquadra a definição dos domínios prioritários de especialização inteligente, onde se registam maiores dinâmicas de crescimento, de inovação ou de inserção na globalização, em articulação com o potencial do Sistema Científico e Tecnológico Regional, nomeadamente:

- Alimentação e Floresta;
- Economia dos Recursos Minerais, Naturais e Ambientais;
- Património, Indústrias Culturais e Criativas e Serviços de Turismo;
- Tecnologias Críticas, Energia e Mobilidade Inteligente;
- Tecnologias e Serviços Especializados da Economia Social.

A análise do Perfil do Investimento por Domínio de Especialização da EREI Alentejo baseia-se no alinhamento temático de cada um dos cinco domínios de especialização identificados na estratégia com o setor dos projetos aprovados².

² A associação foi feita com base na interpretação lata dos autores deste Estudo de Caso.

3. OBJETIVOS DE POLÍTICA

O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) 2007-2013 constituiu o enquadramento para a aplicação da política comunitária de coesão económica e social em Portugal no período 2007-2013.

O QREN assumiu como grande desígnio estratégico a qualificação dos portugueses, valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação, bem como a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sociocultural e de qualificação territorial.

A prossecução deste grande desígnio estratégico foi assegurada pela concretização de três grandes Agendas Operacionais Temáticas: i) Agenda Operacional para o Potencial Humano; ii) Agenda Operacional para os Fatores de Competitividade; iii) Agenda Operacional para a Valorização do Território.

A Agenda Operacional para os Fatores de Competitividade foi dedicada ao reforço dos fatores de competitividade, onde se prosseguiu um conjunto de prioridades centradas na inovação e no desenvolvimento científico e tecnológico, na modernização e internacionalização empresariais, na promoção da atratividade do investimento direto estrangeiro qualificante, na promoção da sociedade da informação e do conhecimento e na redução dos custos públicos de contexto e na promoção da eficiência e a qualidade das instituições públicas.

A vertente desta Agenda dedicada aos Incentivos à Inovação e Renovação do Modelo Empresarial e do Padrão de Especialização estabeleceu como objetivos específicos da intervenção, os seguinte:

- A promoção da inovação no tecido empresarial, especialmente através do incremento da produção transacionável de novos bens e serviços, do reforço da orientação das empresas portuguesas para mercados internacionais mais competitivos e diferenciados;
- O incentivo ao empreendedorismo qualificado e ao investimento estruturante de grande dimensão em novas áreas com potencial de crescimento e da promoção da produtividade através da qualificação das Pequenas e Médias Empresas (PME), reforçando a internalização de fatores dinâmicos de competitividade.

O QREN estabeleceu, em coerência com as respetivas prioridades e opções estratégicas, que os sistemas de incentivo ao investimento empresarial passassem a privilegiar o investimento destinado a reforçar a base produtiva transacionável da economia portuguesa, definindo duas grandes tipologias de prioridades: i) Prioridades horizontais relacionadas com os fatores críticos de competitividade no contexto das economias baseadas no conhecimento e na inovação; ii) Prioridades relacionadas com o aproveitamento das sinergias decorrentes de estratégias de eficiência coletiva para a consecução de economias de proximidade e de aglomeração.

O Sistema de Apoio a Ações Coletivas (SIAC) e a Promoção da Capacitação Institucional (PCI) surgem como sistemas de apoio complementares e potenciadores das prioridades estabelecidas para os sistemas de incentivo ao desenvolvimento empresarial e territorial.

4. INSTRUMENTOS DE POLÍTICA

Num contexto nacional de importantes e crescentes desafios em matéria de competitividade, marcado por fortes pressões concorrenciais internacionais e por uma economia baseada na inovação e no conhecimento, os instrumentos de política económica, centrados na criação e difusão alargada de novos conhecimentos e na endogeneização de competências qualificantes, assumiu uma relevância crescente para a promoção da competitividade da economia portuguesa, em particular das PME, e da eficiência empresarial coletiva.

Este tipo de instrumentos visou ainda estimular a emergência de redes participadas por agentes públicos e privados com capacidade institucional e experiência para coordenar intervenções públicas com elevado grau de integração de intervenientes e de ações.

O Sistema de Apoio a Ações Coletivas (SIAC) e a Promoção da Capacitação Institucional (PCI) são instrumentos de política que visam, precisamente, induzir níveis crescentes de eficiência e competitividade, quer ao nível do tecido empresarial e das próprias instituições, quer ao nível dos territórios, em particular os territórios das regiões de convergência – Norte, Centro e Alentejo.

4.1. SISTEMA DE APOIO A AÇÕES COLETIVAS

O SIAC assumiu como objetivo a dinamização de iniciativas geradoras de externalidades positivas em matéria de reforço da competitividade do tecido empresarial. Os projetos apoiados neste sistema materializaram-se através da disponibilização de bens públicos ou semipúblicos que induzissem efeitos de demonstração e arrastamento significativos para o conjunto da economia ou para algumas das suas regiões, setores, *clusters*, ou outras redes associadas a estratégias de eficiência coletiva, e observaram cumulativamente as seguintes condições:

- Prosseguir um objetivo de interesse comum;
- Suprir falhas de mercado que afetassem um conjunto alargado de empresas;
- Assegurar que o acesso aos produtos e serviços disponibilizados com a sua realização fosse amplamente publicitado e complementado por ações de demonstração e disseminação;
- Serem promovidos por entidades privadas sem finalidade lucrativa ou por entidades públicas com competências nas políticas visadas.

O SIAC constituiu-se como um instrumento complementar dos Sistemas de Incentivos diretamente orientados para as empresas e visou contribuir positivamente para potenciar os resultados da sua implementação, através do apoio à criação ou melhoria das condições envolventes do tecido empresarial.

Em sintonia com as prioridades da Agenda Operacional para os Fatores de Competitividade, foram fixados, para o SIAC, os seguintes objetivos:

- Qualificar o tecido produtivo, por via do *upgrading* do perfil de especialização e dos modelos empresariais;

- Aumentar os processos de internacionalização e promover um melhor conhecimento dos mercados;
- Incentivar o espírito empresarial e a dinâmica empreendedora, especialmente a mais qualificada;
- Promover a utilização de fontes alternativas de financiamento, nomeadamente o capital de risco e as garantias;
- Diminuir os custos de contexto do tecido empresarial;
- Promover uma economia baseada no conhecimento e na inovação.

O SIAC, numa lógica de obtenção de ganhos sociais e externalidades positivas, atuou de forma integrada a três níveis: i) na divulgação de conhecimentos, promovendo a difusão de conhecimentos de carácter geral reduzindo o défice existente entre o desenvolvimento tecnológico e organizativo e de gestão nas empresas, potenciando o espírito empresarial e uma melhor articulação entre universidades, infraestruturas de suporte às empresas e PME; ii) na redução da informação imperfeita, acesso à informação e ao conhecimento de mercados por parte das PME; iii) no estímulo à cooperação, fomentando o funcionamento em rede a nível empresarial.

Foram apoiadas as seguintes tipologias de projetos:

- Atividades de promoção, divulgação e imagem internacionais dos sectores, regiões e atividades com relevância para a economia nacional;
- Informação, observação e vigilância prospetiva e estratégica, incluindo ferramentas de diagnóstico e de avaliação de empresas;
- Criação e dinamização de redes de suporte às empresas e empreendedores;
- Sensibilização para os fatores críticos da competitividade e para o espírito empresarial;
- Estudos de novos mercados, tecnologias e oportunidades de inovação;
- Atividades de animação, coordenação e gestão da parceria, no âmbito de Estratégias de Eficiência Coletiva.

Nas seguintes áreas de intervenção:

- Empreendedorismo e espírito empresarial, designadamente, o jovem e feminino;
- Inovação tecnológica, organizacional e de *marketing*;
- Propriedade Industrial;
- Eficiência e diversificação energéticas;
- Cooperação interempresarial;
- Ambiente e desenvolvimento sustentável;
- Informação de gestão orientada para PME;
- Observação e vigilância para evolução de atividades económicas organizadas numa base regional ou sectorial, designadamente, programas de *benchmarking*;
- Moda e *design*;

- Promoção, divulgação e imagem de regiões, sectores, *clusters*, polos de competitividade e tecnologia ou outras redes associadas a Estratégias de Eficiência Coletiva;
- Representação dos interesses empresariais em organizações comunitárias e internacionais de natureza empresarial ou económica;
- Internacionalização e acesso a mercados externos;
- Promoção da responsabilidade social das empresas;
- Valorização de recursos endógenos das regiões;
- Promoção de atividades económicas em zonas urbanas;
- Mecanismos inovadores de financiamento de PME, em particular de projetos inovadores.

Face aos objetivos gerais prosseguidos por este tipo de ações, os projetos envolveram obrigatoriamente uma divulgação alargada das suas conclusões e efeitos mais relevantes com vista a estimular a procura e suscitar, por efeito de arrastamento, o desenvolvimento de outras ações de natureza semelhante.

Foram beneficiários do SIAC as entidades públicas ligadas ao desenvolvimento empresarial, associações empresariais, centros tecnológicos e outras entidades do Sistema Científico e Tecnológico.

A apresentação de candidaturas ao SIAC processou-se através de concursos, cujos Avisos de Abertura foram fixados e divulgados pelas Autoridades de Gestão³. Para além desta modalidade de acesso, foram ainda lançados procedimentos de convite pelas Autoridades de Gestão⁴.

O financiamento concedido através do SIAC assumiu a forma de financiamento não reembolsável, variando a taxa de financiamento entre os 40% e os 80%.

4.2. PROMOÇÃO E CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL

O domínio Promoção e Capacitação Institucional (PCI) visou o apoio a iniciativas inovadoras e de elevado efeito demonstrativo de promoção e capacitação das principais instituições regionais e locais, tendo em vista, designadamente, o exercício de funções fundamentais em matéria de estudo e investigação, informação, animação socioeconómica, promoção da Região e dos seus produtos e cooperação interinstitucional e inter-regional, bem como a potenciação, ao nível regional, da aplicação da generalidade dos instrumentos de financiamento nacionais e comunitários.

³ As autoridades de gestão do Programa Operacional Fatores de Competitividade e dos Programas Operacionais Regionais do Continente asseguraram a gestão do SIAC de acordo com os seguintes princípios: a) As ações coletivas orientadas para o conjunto da economia nacional ou para um agregado económico de base multi-regional nas regiões convergência, foram da responsabilidade do Programa Operacional Fatores de Competitividade; b) As ações coletivas orientadas para agregados económicos concentrados em apenas uma região NUTS II, foram da responsabilidade do correspondente PO Regional.

⁴ Ao longo do período de vigência do SIAC foram abertos 12 concursos e lançados 10 convites, abrangendo os seguintes domínios de intervenção: Inovação, empreendedorismo e espírito empresarial; Internacionalização, conhecimento e acesso a mercados e valorização da oferta nacional; Energia, ambiente e desenvolvimento sustentável; Informação orientada para PME e representação dos interesses empresariais em organismos internacionais; Redes e cooperação empresarial; Atividades de coordenação e gestão da parceria, no âmbito das estratégias de eficiência coletiva; Projetos que visassem potenciar a participação de empresas nacionais em programas europeus enquadrados no 7.º PQ I&DT.

As operações apoiadas no âmbito da Promoção e Capacitação Institucional foram enquadradas no Eixo Prioritário 5 (Governança e Capacitação Institucional) dos Programas Operacionais Regionais (POR) Norte, Centro e Alentejo e no Eixo Prioritário 1 (Competitividade, Inovação e Conhecimento) dos POR Lisboa e Algarve.

Foram financiadas as operações que visassem a preparação de parcerias estratégicas para a implementação de iniciativas inovadoras para o desenvolvimento territorial, bem como, a promoção de projetos inovadores com elevado efeito demonstrativo que, simultaneamente, permitissem a densificação e qualificação das redes de instituições regionais de apoio ao desenvolvimento em exercício de funções.

As operações financiadas no âmbito da PCI incidiram em domínios como: prospetiva e planeamento; informação de apoio ao desenvolvimento; dinamização turística; desenvolvimento local; promoção dos produtos regionais ou de fileiras produtivas; valorização do património, cultura e artesanato; ações de promoção e valorização da escola e das qualificações escolares como motores de desenvolvimento regional; ações de dinamização dos interfaces entre a escola e agentes locais, nomeadamente empresas, instituições gestoras de equipamentos culturais e de lazer; cooperação e promoção externa; valorização dos recursos naturais e sensibilização ambiental; promoção e produção de conteúdos regionais e apoio à inovação organizacional.

Foram beneficiários, Municípios, Associações de Municípios e Áreas Metropolitanas; Empresas Públicas municipais, intermunicipais e metropolitanas e Serviços Municipalizados; Agências de Desenvolvimento Regional; Organismos da Administração Pública Central direta ou indireta; pessoas coletivas de direito público e de direito privado sem fins lucrativos, bem como outras entidades públicas ou privadas similares.

As operações financiadas no âmbito do presente regulamento deviam enquadrar-se, quando aplicável, nas orientações e prioridades definidas no Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT), e em planos sectoriais e de ordenamento do território.

O financiamento das despesas elegíveis assumiu a forma de financiamento não reembolsável, não podendo, regra geral, a taxa global de cofinanciamento comunitário de cada operação exceder 70%. Os beneficiários asseguraram a respetiva contrapartida nacional diretamente ou através de financiamentos de outras entidades públicas ou privadas.

A acessibilidade ao domínio da PCI foi assegurada de várias formas, nomeadamente: convites públicos da Autoridade de Gestão para apresentação de Programas de Ação, envolvendo um conjunto integrado de pré-candidaturas de projetos que concorressem para objetivos comuns, temática, temporal e/ou territorialmente coerentes; convites públicos da Autoridade de Gestão para apresentação de pré-candidaturas; convites públicos da Autoridade de Gestão para apresentação de candidaturas.

No caso das operações de cariz intermunicipal promovidas pelas Comunidades Intermunicipais/Associações de Municípios signatárias de contratos de delegação de competências com subvenção global, a apresentação de candidaturas processou-se através de convite prévio das Autoridades de Gestão dos PORs às Associações de Municípios.

5. REALIZAÇÕES E RESULTADOS

No presente capítulo são apresentados os resultados da caracterização do perfil de investimento em Ações Coletivas apoiado pelo Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) 2007-2013, de acordo com o Modelo de Análise proposto (vd. Capítulo 2).

5.1. CARACTERIZAÇÃO POR INSTRUMENTO DE POLÍTICA

5.1.1. Análise Comparativa – Contexto Nacional e Regiões de Convergência

Globalmente, e em termos nacionais, o investimento enquadrado pelos instrumentos de Apoio a Ações Coletivas (SIAC) e de Promoção da Capacitação Institucional (PCI), ascendeu a aproximadamente 521 milhões de euros, a que correspondeu um financiamento comunitário de cerca de 397 milhões de euros. O montante de investimento foi executado através da realização de um total de 886 projetos.

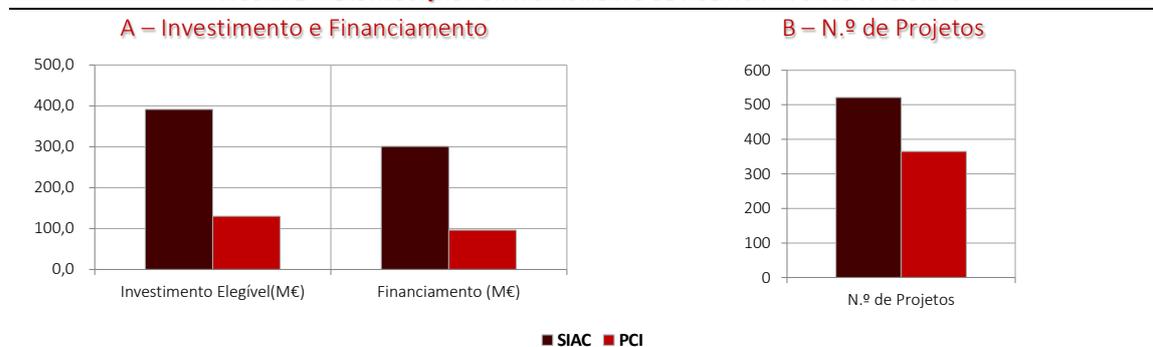
O SIAC apoiou 521 projetos, os quais mobilizaram um investimento elegível de cerca de 390 milhões de euros ao qual correspondeu um incentivo financeiro de aproximadamente 300 milhões de euros.

No domínio da PCI, foram aprovados 365 projetos aos quais correspondeu um investimento de aproximadamente 130 milhões de euros e a atribuição de cerca de 96 milhões de euros de financiamento comunitário.

No que respeita à distribuição dos projetos aprovados por instrumento, constata-se uma ligeira predominância do número de projetos aprovados no âmbito do SIAC. Este instrumento foi responsável por cerca de 59% do número total de projetos enquadrados pelos instrumentos em análise.

Já no que se refere aos montantes de investimento e de financiamento, o peso do SIAC é bastante superior ao da PCI, cerca de 75% e 76%, respetivamente.

FIGURA 1 – DISTRIBUIÇÃO POR INSTRUMENTO DE POLÍTICA - TOTAIS NACIONAIS

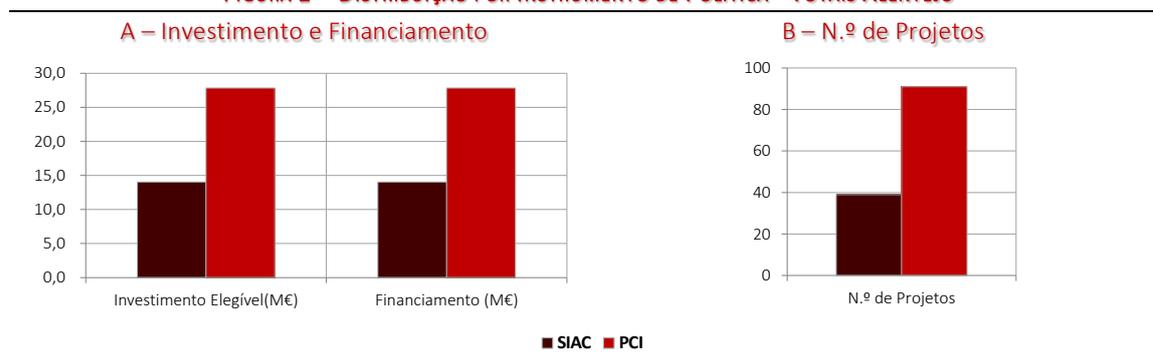


Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do Sistema de Informação do QREN (<http://www.pofc.qren.pt/projectos/projectos-aprovados-qren>)

Comparativamente, na região do Alentejo observa-se um perfil inverso, quer na distribuição do número de projetos, quer na distribuição dos montantes de investimento e de financiamento, por instrumento de política, assumindo a PCI uma clara preponderância em relação ao SIAC.

Enquanto que a nível nacional, os projetos apoiados no âmbito da PCI representaram 41% (do total do número de projetos aprovados no conjunto do SIAC e da PCI), na região Alentejo o seu peso ascende a 70%. Relativamente aos montantes de investimento e de financiamento, na região Alentejo observam-se valores de 66% e 68%, respetivamente, e no contexto nacional os mesmos números situam-se próximo dos 25%.

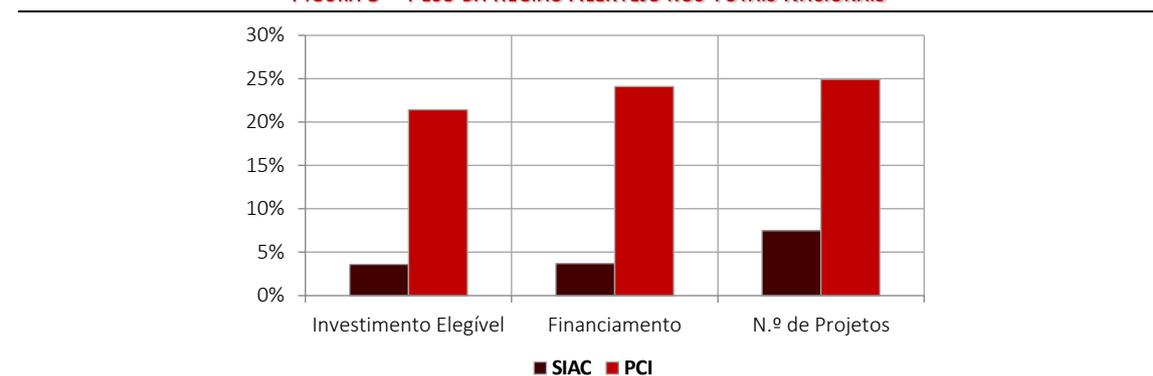
FIGURA 2 – DISTRIBUIÇÃO POR INSTRUMENTO DE POLÍTICA - TOTAIS ALENTEJO



Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do Sistema de Informação do QREN (<http://www.pofc.qren.pt/projectos/projectos-aprovados-qren>)

Relativamente à representatividade da região Alentejo nos totais nacionais, constata-se que nas dimensões consideradas - Investimento, Financiamento e N.º de Projetos – esta varia entre os 4% e os 7%, no caso do SIAC, e entre os 21% e os 24% para a PCI.

FIGURA 3 – PESO DA REGIÃO ALENTEJO NOS TOTAIS NACIONAIS



Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do Sistema de Informação do QREN (<http://www.pofc.qren.pt/projectos/projectos-aprovados-qren>)

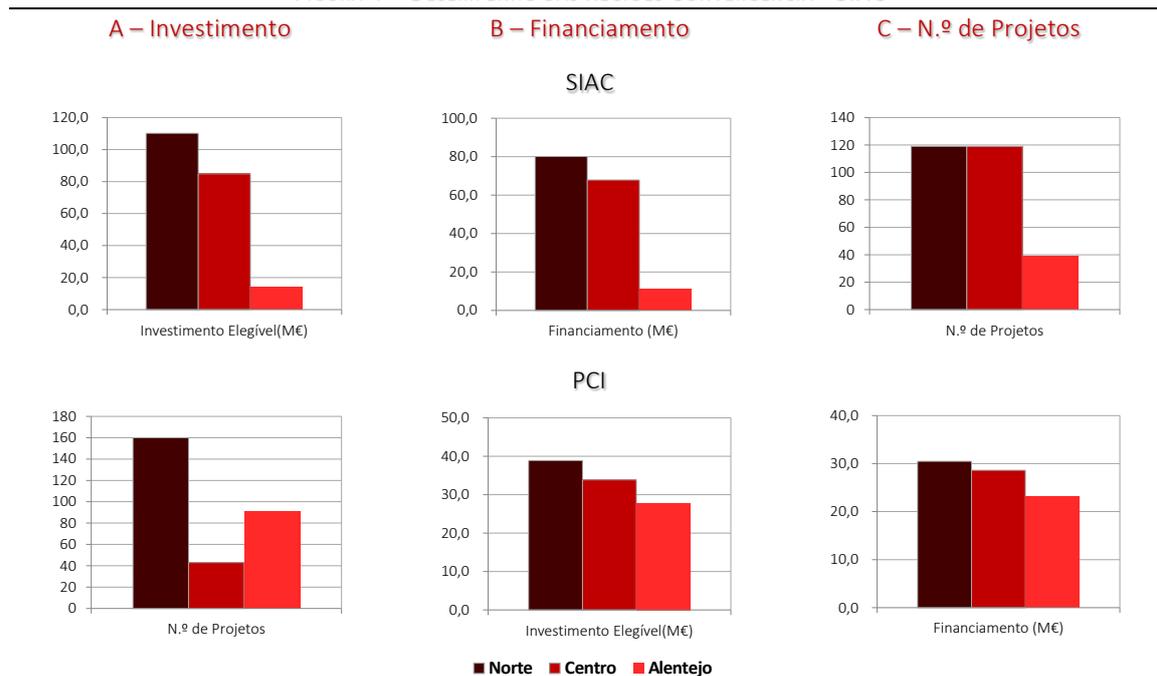
Quanto ao desempenho da região Alentejo na utilização destes instrumentos de apoio ao investimento, este fica aquém das restantes regiões de convergência – Norte e Centro.

No caso do SIAC, enquanto nas regiões Norte e Centro se observam valores bastante próximos, face aos totais das três regiões de convergência, o Alentejo representa apenas 7% dos montantes de investimento e de financiamento e 14% no que se refere ao número de projetos.

No âmbito da PCI, no que toca ao quantitativo de projetos, a região Alentejo posiciona-se em segundo lugar e, relativamente aos montantes de investimento e de financiamento comunitários, em terceiro lugar.

De realçar que a representatividade da região Alentejo, no conjunto das regiões de convergência, no que se refere à PCI, é bastante superior à verificada ao nível do SIAC, representando o Alentejo 28% dos montantes de investimento e de financiamento e 31% do número de projetos aprovados.

FIGURA 4 – DESEMPENHO DAS REGIÕES CONVERGÊNCIA - SIAC



Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do Sistema de Informação do QREN (<http://www.pofc.qren.pt/projectos/projectos-aprovados-qren>)

5.1.2. SIAC

O investimento em Ações Coletivas na região Alentejo foi financiado através de dois programas operacionais: COMPETE e INALENTEJO.

Os investimentos executados sob o enquadramento do COMPETE alcançaram um valor total na ordem dos 2 milhões de euros e incentivos que rondaram 1 milhão de euros.

O INALENTEJO apoiou investimentos cujo total se cifrou em cerca de 12 milhões de euros, tendo correspondido à concessão de um financiamento total de, aproximadamente, 10 milhões de euros.

Quanto ao número de projetos apoiados, o INALENTEJO foi responsável por 35 projetos, num total de 39.

FIGURA 5 – DISTRIBUIÇÃO POR PO FINANCIADOR



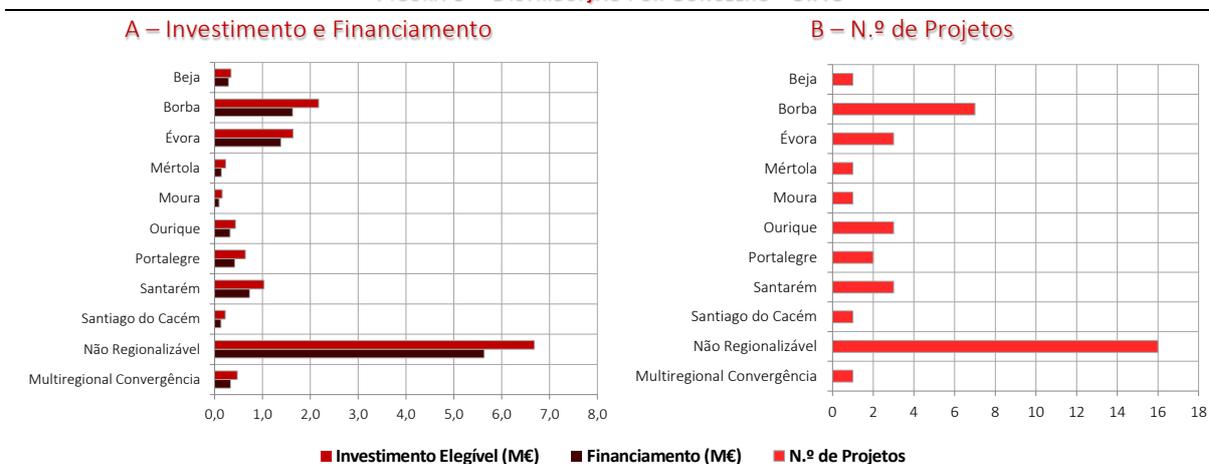
Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do Sistema de Informação do QREN (<http://www.pofc.qren.pt/projectos/projectos- aprovados-qren>)

A dimensão média dos projetos apoiados pelo COMPETE situou-se próximo dos 450 mil euros por projeto, enquanto que o INALENTEJO enquadrou projetos com uma dimensão média de cerca de 350 mil euros.

Relativamente à localização dos investimentos associados aos projetos aprovados, observa-se que sensivelmente metade do investimento não é regionalizável ou é multiregional – 48% do montante investido não é regionalizável e 3% é multiregional.

Os concelhos que concentraram uma fatia significativa do investimento, cerca de 34,5%, foram Borba, Évora e Santarém. O protagonismo do concelho de Borba deveu-se aos projetos dinamizados pelas entidades associadas ao Cluster da Pedra Natural (resultante de uma Estratégia de Eficiência Coletiva), designadamente: i) Associação Valor Pedra, entidade responsável pela dinamização do Cluster da Pedra Natural; iii) CEVALOR, Centro Tecnológico da Pedra Natural de Portugal; iii) ESTER, Associação para a Formação Tecnológica no Sector das Rochas Ornamentais e Industriais, entidade responsável pela criação da Escola Tecnológica das Pedras Naturais. No seu conjunto, estas entidades executaram 7 projetos enquadrados pelo SIAC, que envolveram um investimento de cerca de 2,2 milhões de euros ao qual correspondeu um financiamento comunitário de 1,6 milhões.

FIGURA 6 – DISTRIBUIÇÃO POR CONCELHO - SIAC



Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do Sistema de Informação do QREN (<http://www.pofc.qren.pt/projectos/projectos- aprovados-qren>)

5.1.3. PCI

O investimento enquadrado na PCI foi financiado exclusivamente pelo INALENTEJO, tendo alcançado um valor total de cerca de 27,8 milhões de euros, montante executado através de 91 projetos que, no seu conjunto, registaram um financiamento comunitário de, aproximadamente, 23,1 milhões de euros.

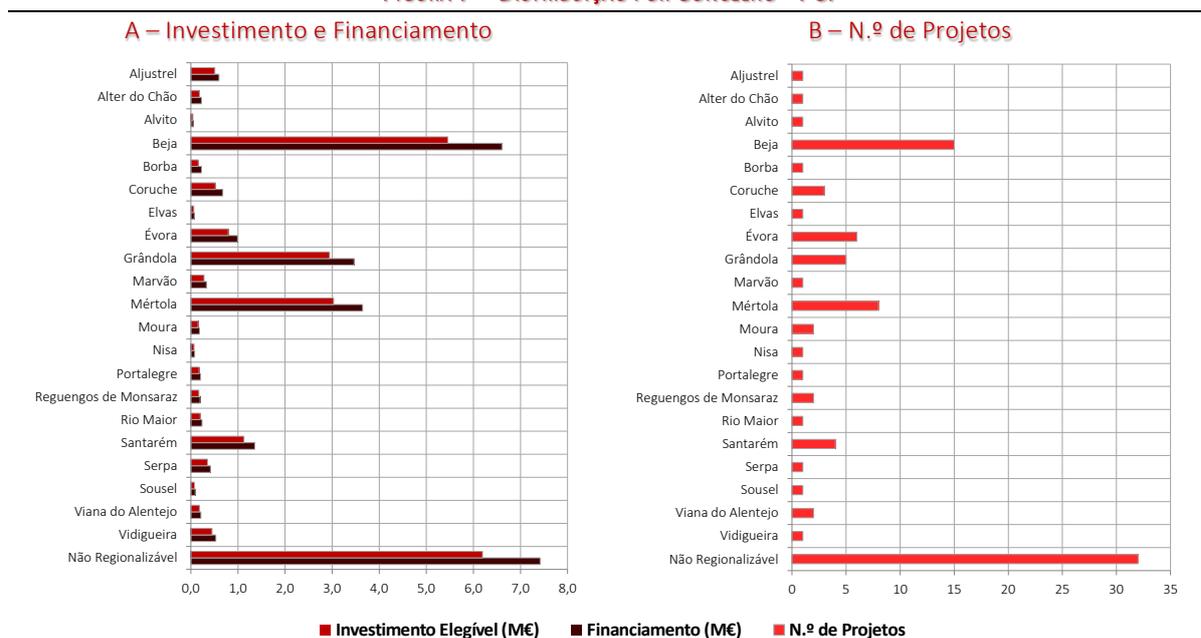
A dimensão média dos projetos aprovados situou-se próximo dos 300 mil euros, valor ligeiramente inferior ao observado no conjunto dos projetos SIAC, enquadrados pelo INALENTEJO.

Relativamente à localização dos investimentos associados aos projetos aprovados, observa-se que sensivelmente $\frac{1}{4}$ do investimento não é regionalizável.

Os concelhos que concentraram montantes significativos de investimento, cerca de 49%, foram Beja, Mértola e Grândola, com 24%, 13% e 12% do investimento total, respetivamente.

O protagonismo do concelho de Beja deveu-se aos projetos dinamizados pela Entidade Regional de Turismo do Alentejo; a Turismo do Alentejo, ERT, dinamizou 10 projetos que envolveram, no seu conjunto, um investimento da ordem dos 5,5 milhões de euros, tendo recebido um financiamento comunitário de 4,7 milhões de euros.

FIGURA 7 – DISTRIBUIÇÃO POR CONCELHO - PCI



Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do Sistema de Informação do QREN (<http://www.pofc.qren.pt/projectos/projectos-aprovados-qren>)

5.2. CARACTERIZAÇÃO POR FOCUS SETORIAL

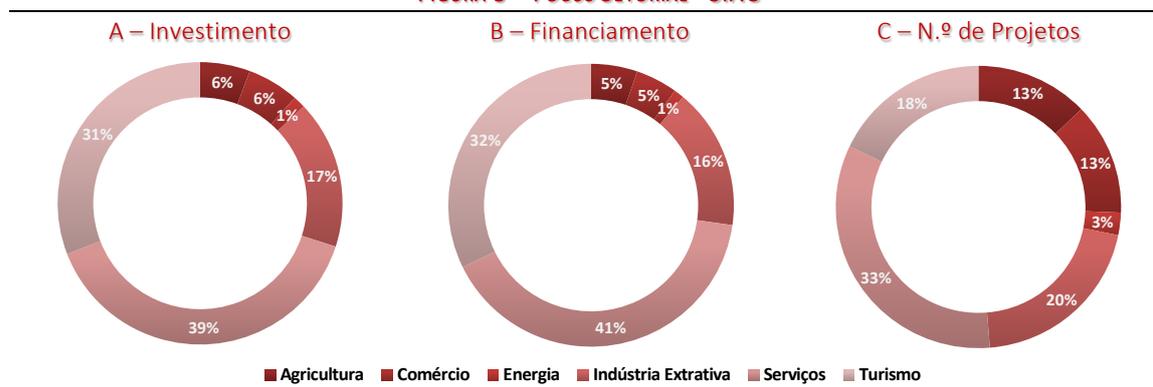
Com base na identificação dos setores económicos associados a cada um dos projetos aprovados, ao abrigo do SIAC e da PCI, foi analisado o *focus* setorial do investimento apoiado por estes instrumentos de política, na região Alentejo.

No que se refere ao investimento apoiado pelo SIAC, esta análise evidenciou uma concentração clara em torno de dois setores: Turismo e Serviços. Estes dois setores agregaram 70% do volume de investimento associado aos projetos aprovados e 51% do número total de projetos.

No caso dos projetos classificados no setor dos Serviços, estes referem-se, na sua grande maioria, a Serviços às Empresas, onde o apoio ao empreendedorismo, à competitividade das empresas e à internacionalização se destacam.

A dimensão média do investimento nestes dois setores, Turismo e Serviços, rondou os 600 mil euros e os 400 mil euros, respetivamente.

FIGURA 8 – FOCUS SETORIAL - SIAC

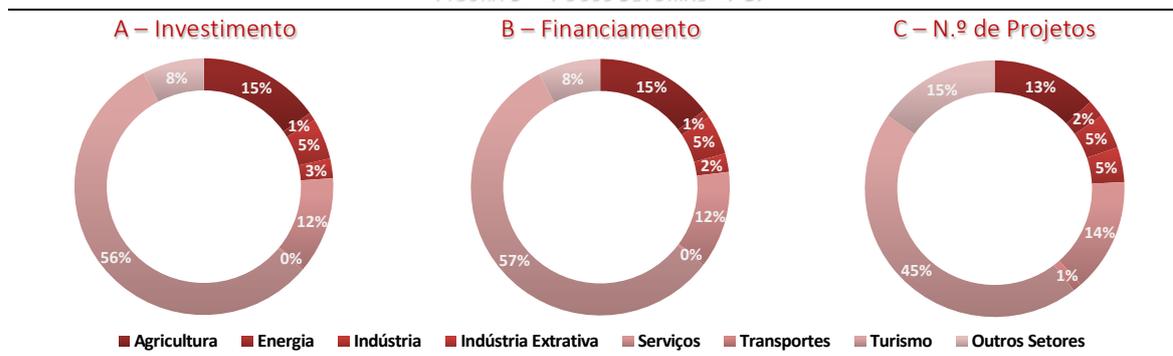


Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do Sistema de Informação do QREN (<http://www.pofc.qren.pt/projectos/projectos-aprovados-qren>)

Relativamente ao investimento enquadrado na PCI, a análise do *focus* setorial dos projetos aprovados evidencia uma clara predominância do setor do Turismo, que registou 56% do volume de investimento e 45% do número total de projetos. Também os setores da Agricultura e dos Serviços se destacaram, ainda que de forma menos vincada. Estes dois setores representaram, no seu conjunto, cerca de 27% do volume de investimento e do número total de projetos. No que concerne ao setor dos Serviços, os projetos referem-se principalmente a Serviços às Empresas, à semelhança do que se verificou nos projetos apoiados pelo SIAC.

A dimensão média do investimento nestes três sectores - Turismo, Agricultura e Serviços - rondou os 380, 350 e os 250 mil euros, respetivamente.

FIGURA 9 – FOCUS SETORIAL - PCI



Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do Sistema de Informação do QREN (<http://www.pofc.qren.pt/projectos/projectos-aprovados-qren>)

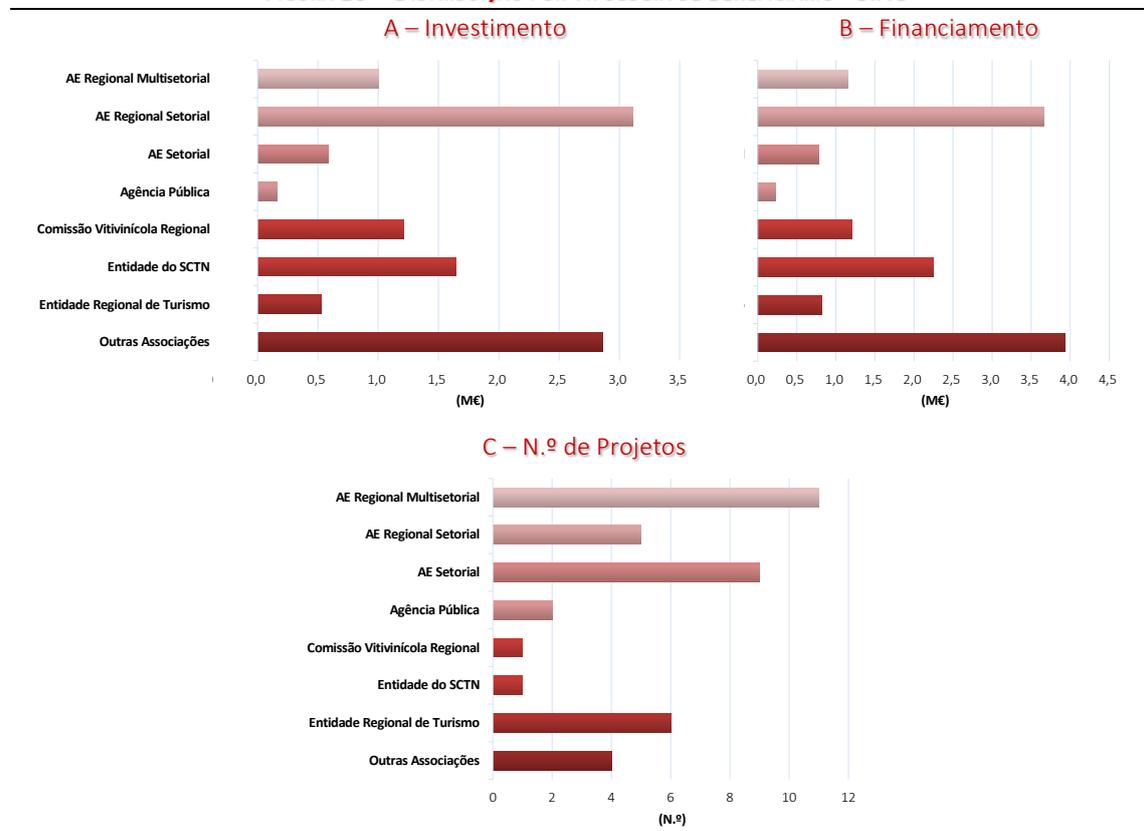
Globalmente, o investimento apoiado pelo SIAC e pela PCI centrou-se fortemente no Turismo e nos Serviços às Empresas. Quando considerados, conjuntamente, os projetos apoiados por ambos os instrumentos de política, constata-se que 69% do investimento se concentrou em torno dos setores do Turismo e dos Serviços, atingindo um montante próximo dos 28,8 milhões de euros. A este montante de investimento correspondeu um financiamento comunitário de, aproximadamente, 24 milhões de euros.

5.3. CARACTERIZAÇÃO POR TIPOLOGIA DE BENEFICIÁRIO

A análise do investimento por tipologia de beneficiário foi feita através da classificação dos beneficiários dos projetos aprovados em diferentes categorias (*vd.* Capítulo 2).

No caso do SIAC, constata-se que as associações empresariais constituíram os beneficiários que mais utilizaram este instrumento de apoio financeiro; 40% do investimento enquadrado pelo SIAC foi promovido por associações empresariais, correspondendo a este investimento 25 projetos, num total de 39 projetos aprovados. De entre as Associações Empresariais, destacaram-se as regionais de âmbito setorial, responsáveis por 26% do volume de investimento e 13% do número total de projetos. A tipologia Entidade do SCTN é também significativa em termos de volume de investimento, tendo mobilizado 16% deste. Contudo, trata-se apenas de um promotor – CEVALOR – Centro Tecnológico da Pedra Natural de Portugal – que tituló a realização de um só projeto.

FIGURA 10 – DISTRIBUIÇÃO POR TIPOLOGIA DE BENEFICIÁRIO - SIAC

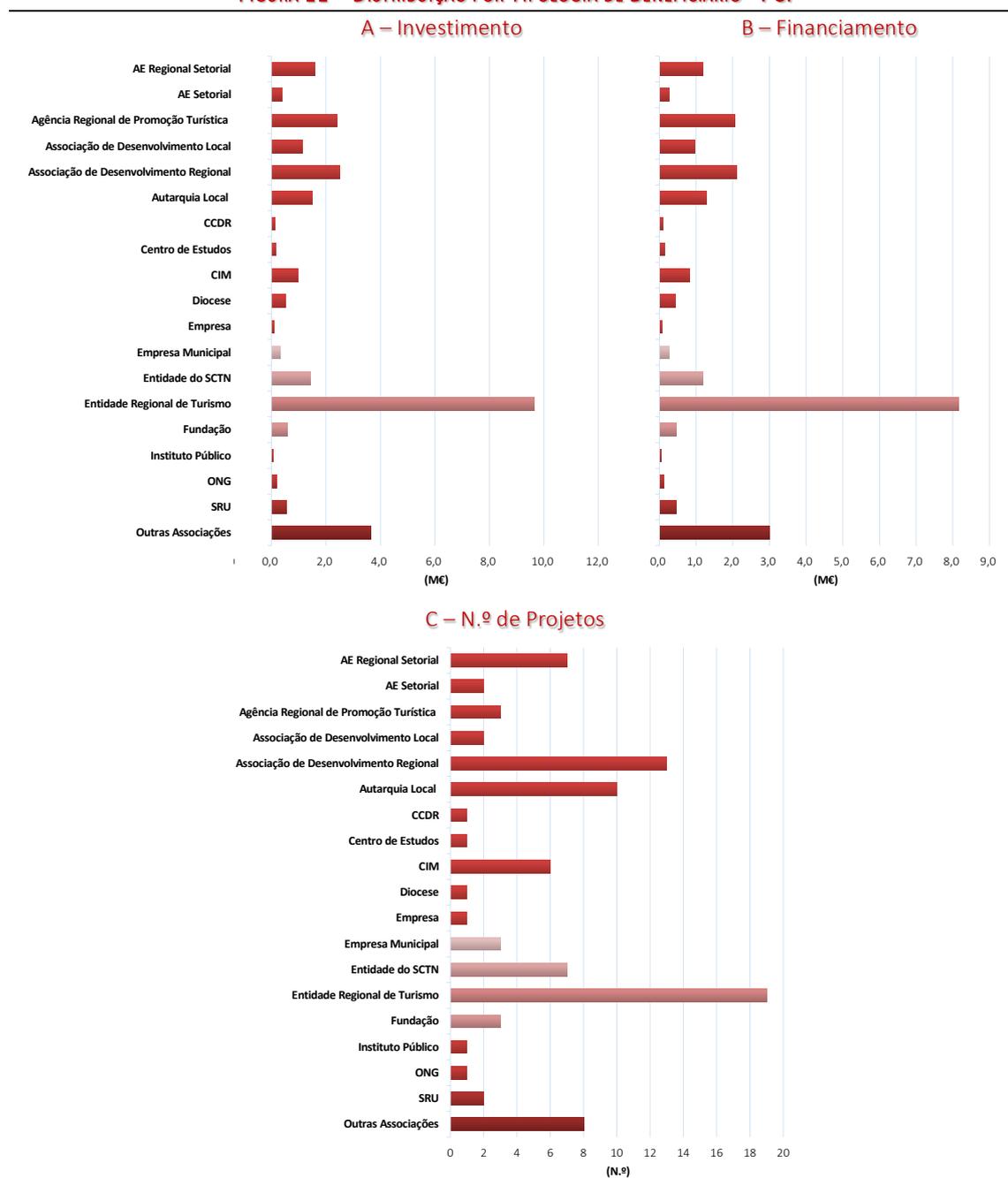


Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do Sistema de Informação do QREN (<http://www.pofc.qren.pt/projectos/projectos-aprovados-qren>)

Relativamente à PCI, o beneficiário mais relevante, quer em termos de volume de investimento, quer em termos de número de projetos aprovados, é a Entidade Regional de Turismo do Alentejo – Turismo do Alentejo, ERT. *Per se*, este beneficiário promoveu 19 projetos que, no seu conjunto, envolveram um investimento global de 9,6 milhões de euros.

Quanto ao investimento promovido por entidades da Administração Local (9 autarquias e 3 comunidades intermunicipais) este representou apenas 8% do volume de investimento e 18% do número total de projetos aprovados.

FIGURA 11 – DISTRIBUIÇÃO POR TIPOLOGIA DE BENEFICIÁRIO - PCI



Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do Sistema de Informação do QREN (<http://www.pofc.qren.pt/projectos/projectos-aprovados-qren>)

No conjunto dos dois instrumentos, SIAC e PCI, sobressai, em todas as dimensões consideradas (número de projetos, investimento elegível e financiamento comunitário), a Entidade Regional de Turismo do Alentejo – Turismo do Alentejo, ERT – tendo esta promovido 25 projetos (19% do número total de projetos) que mobilizaram um volume de investimento de 13,3 milhões de euros (36% do montante total envolvido nos dois instrumentos) ao qual correspondeu um financiamento de 11,3 milhões de euros (33% do total).

5.4. CARACTERIZAÇÃO POR OUTPUT

A caracterização por *output* do perfil do investimento, enquadrado pelo SIAC e pela PCI, baseou-se em duas abordagens distintas, direcionadas para cada um destes instrumentos. Assim, no caso do investimento apoiado pelo SIAC, foi associado a cada um dos projetos aprovados o respetivo *output*, de acordo com as categorias definidas no Modelo de Análise (vd. Capítulo 2). Para o domínio da PCI, foi atribuído a cada projeto aprovado um de três *outputs*: capacitação da região, capacitação das empresas e capacitação da instituição (promotora do projeto).

Relativamente ao *output* dos projetos apoiados pelo SIAC, constata-se que 27% do volume de investimento e 31% do número total de projetos teve como *output* campanhas promocionais. Dentro desta categoria, os setores de atividade económica mais representados são o Turismo e os Serviços.

Surgem em segundo lugar, em termos da representatividade do investimento associado, os programas de apoio ao empreendedorismo. Esta categoria engloba 18% do volume de investimento e 10% do número total de projetos. Nesta encontra-se apenas representado o setor dos Serviços.

A terceira categoria de *output* mais representativa é a categoria Rede, englobando cinco projetos e um montante de investimento próximo de 1,1 milhões de euros. Os setores económicos representados nestes projetos são os Serviços, o Turismo e o Comércio.

Os *outputs* dos outros projetos dispersam-se pelas restantes categorias consideradas, englobando cada uma destas entre 1 a 3 projetos.

FIGURA 12 – DISTRIBUIÇÃO POR TIPOLOGIA DE OUTPUT- SIAC

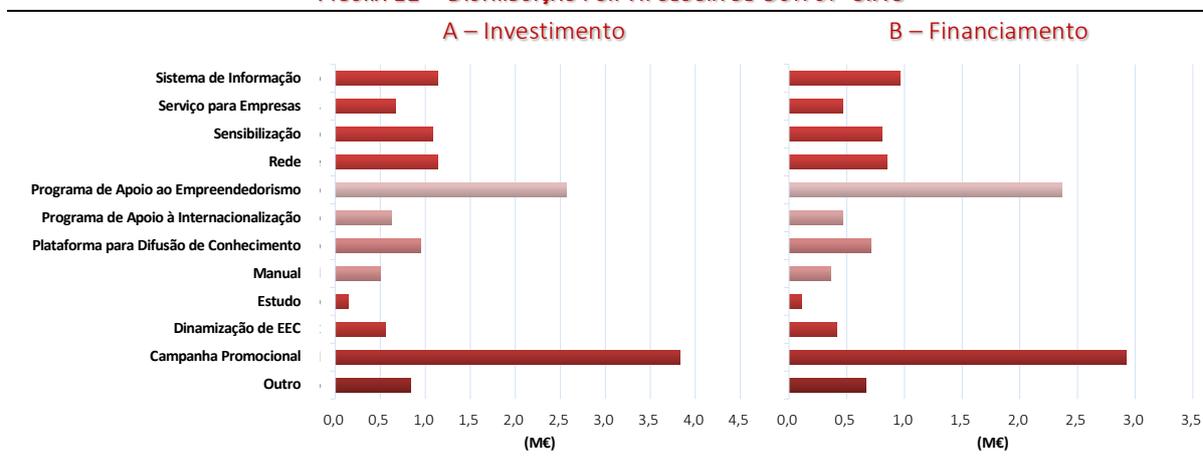
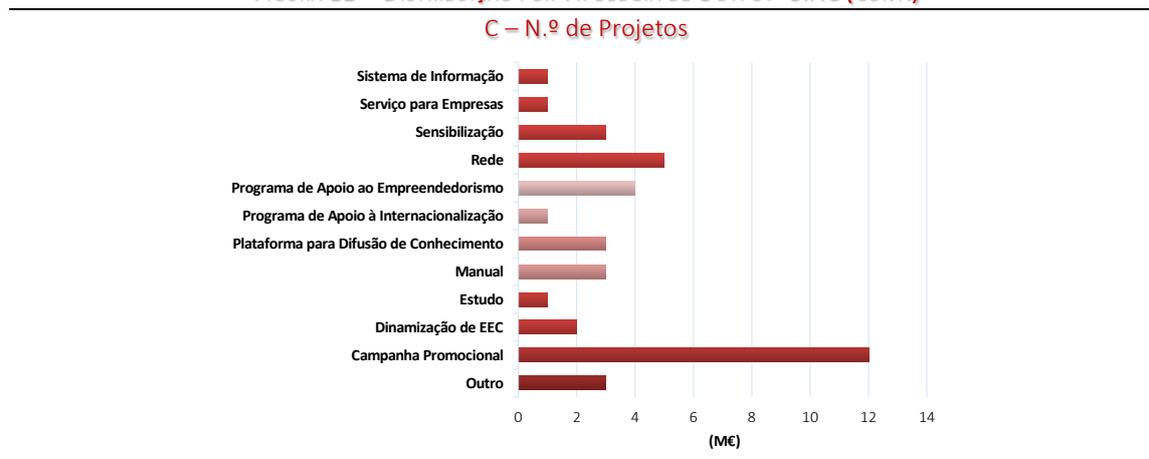


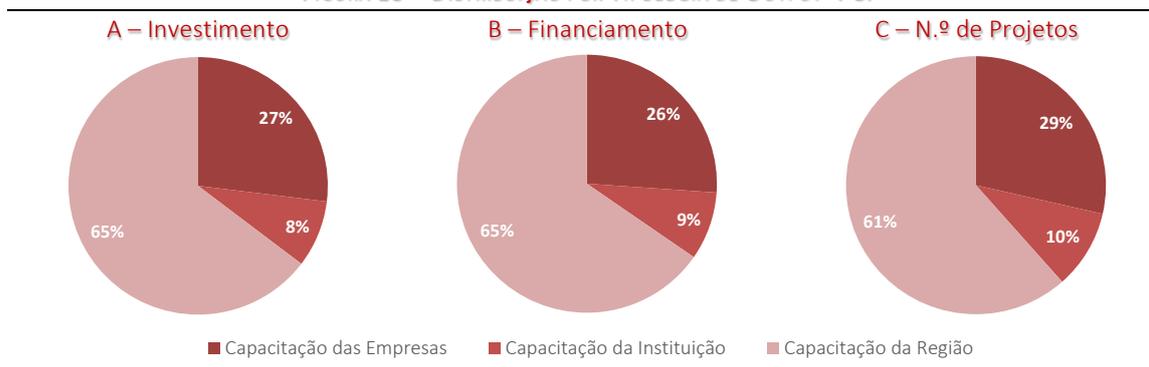
FIGURA 12 – DISTRIBUIÇÃO POR TIPOLOGIA DE OUTPUT- SIAC (CONT.)



Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do Sistema de Informação do QREN (<http://www.pofc.qren.pt/projectos/projectos- aprovados-qren>)

No que se refere aos projetos apoiados no âmbito da PCI, é possível concluir que a maioria destes projetos visou a capacitação da região Alentejo. Esta categoria de *output* englobou 65% do montante de investimento e 61% do número total de projetos.

FIGURA 13 – DISTRIBUIÇÃO POR TIPOLOGIA DE OUTPUT- PCI



Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do Sistema de Informação do QREN (<http://www.pofc.qren.pt/projectos/projectos- aprovados-qren>)

Nos projetos que visaram a capacitação da região Alentejo, o setor económico que sobressai é o setor do Turismo: 34 dos 56 projetos de capacitação da região concentraram-se neste setor, representando um investimento de cerca de 12 milhões de euros e um financiamento comunitário de, aproximadamente, 10 milhões de euros.

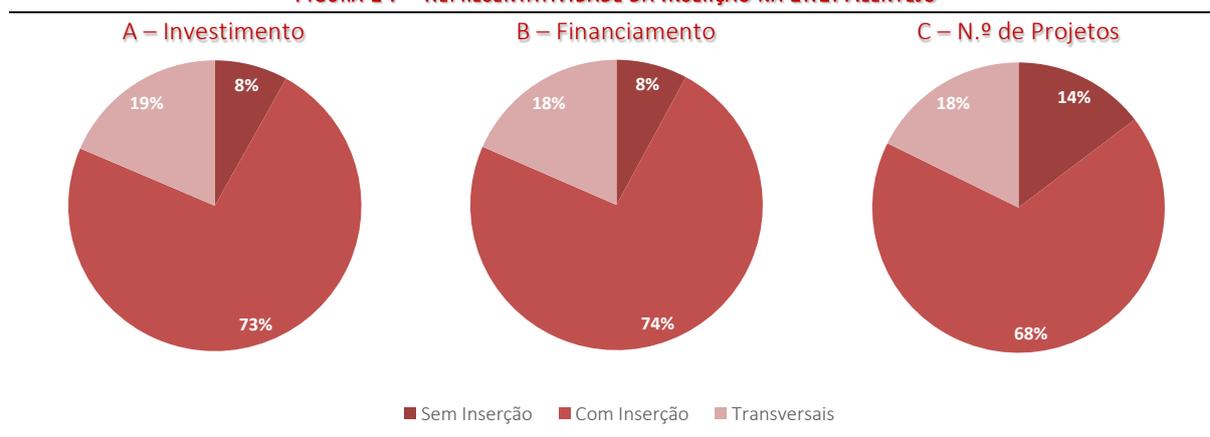
5.5. CARACTERIZAÇÃO DA INSERÇÃO NA EREI ALENTEJO

A análise do perfil do investimento por Domínio de Especialização da EREI Alentejo, baseada na associação, a cada um dos cinco domínios de especialização desta estratégia, dos projetos apoiados no âmbito do SIAC e da PCI, revela que 73% do investimento foi realizado em setores compreendidos nos domínios de especialização da EREI Alentejo.

Se forem considerados os projetos de cariz Transversal, ou seja, multisetorial, o peso do investimento com inserção na EREI Alentejo sobe para os 92%, correspondendo a um volume de investimento na ordem dos 38,5 milhões de euros, executado através de 111 projetos.

Sem alinhamento com os domínios de especialização inteligente da região Alentejo, contam-se apenas 19 projetos, que correspondem a 15% do número total de projetos apoiados pelo SIAC e pela PCI. A estes está associado um volume de investimento de aproximadamente 3,4 milhões de euros, ao qual correspondeu um financiamento comunitário de cerca de 2,7 milhões de euros.

FIGURA 14 – REPRESENTATIVIDADE DA INSERÇÃO NA EREI ALENTEJO



Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do Sistema de Informação do QREN (<http://www.pofc.qren.pt/projectos/projectos-aprovados-qren>)

Através da análise desagregada por domínio de especialização, constata-se que o domínio de especialização responsável pela maior fatia de investimento é o domínio do Património, Indústrias Culturais e Criativas e Serviços do Turismo. Este domínio, responde por quase 50% do volume de investimento. Os domínios de especialização Alimentação e Floresta e Economia dos Recursos Minerais, Naturais e Ambientais, surgem em segundo e terceiro lugar, em termos de representatividade do investimento, e concentraram 13% e 10% do volume total de investimento, respetivamente.

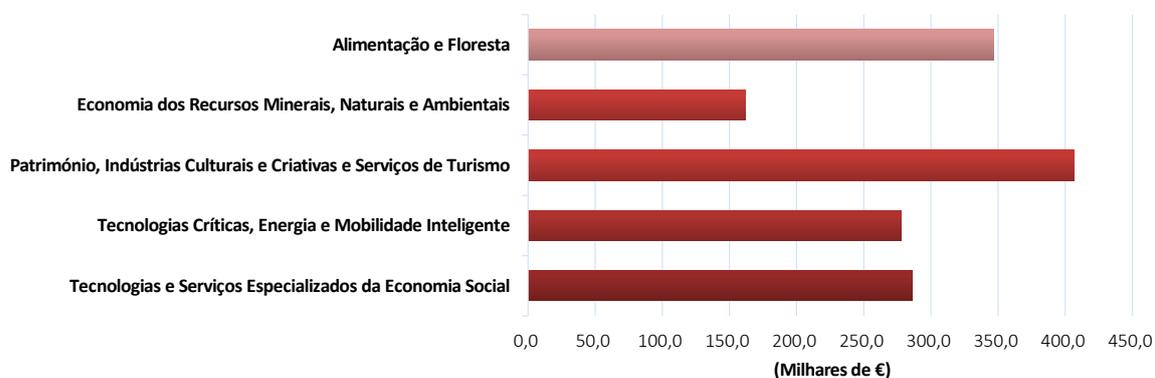
QUADRO 3 – DISTRIBUIÇÃO POR DOMÍNIO DE ESPECIALIZAÇÃO DA EREI ALENTEJO

Domínio de Especialização	N.º de Projetos	Investimento Elegível (%)	Incentivo (%)
Alimentação e Floresta	19	13,0	12,5
Economia dos Recursos Minerais, Naturais e Ambientais	15	10,0	9,4
Património, Indústrias Culturais e Criativas e Serviços do Turismo	49	47,6	48,8
Tecnologias Críticas, Energia e Mobilidade Inteligente	3	1,2	1,1
Tecnologias e Serviços Especializados da Economia Social	2	1,7	1,9
Total	130	41,9 M€ (100%)	34,2 M€ (100%)

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do Sistema de Informação do QREN (<http://www.pofc.qren.pt/projectos/projectos-aprovados-qren>)

Relativamente à dimensão média do investimento por projeto, esta é significativamente superior no caso do domínio de especialização Património, Indústrias Culturais e Criativas e Serviços do Turismo. Neste domínio, por projeto, investiu-se em média 400 milhares de euros.

FIGURA 15 – DIMENSÃO MÉDIA DO INVESTIMENTO POR PROJETO COM INSERÇÃO NA EREI ALENTEJO



Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do Sistema de Informação do QREN
(<http://www.pofc.qren.pt/projectos/projectos-aprovados-qren>)

6. PRINCIPAIS CONCLUSÕES

As principais evidências que sobressaem da análise do Perfil de Investimento em Ações Coletivas apoiado pelo Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) 2007-2013 na região Alentejo são:

- O investimento aprovado sob o enquadramento dos instrumentos SIAC e PCI, no âmbito do QREN, alcançou na região Alentejo, um valor total na ordem dos 41,9 milhões de euros e um financiamento comunitários que ascendeu a cerca de 34,2 milhões de euros.
- Foram aprovados 130 projetos, o que se traduz num investimento médio de 320 milhares de euros por projeto.
- Foram beneficiários dos instrumentos SIAC e PCI 62 entidades o que, em média, se traduz nos rácios de 2,1 projetos por entidade beneficiária e de 675 milhares de euros de investimento por entidade beneficiária.
- Os projetos aprovados evidenciaram uma concentração clara em torno do sector do Turismo: 48 projetos aprovados, representando 37% do número total de projetos apoiados pelo SIAC e pela PCI, um investimento de 19,9 milhões de euros (48% do volume total) e um financiamento comunitário de 16,7 milhões de euros (49% do montante total de financiamento).
- O dinamismo a que se assiste, na região Alentejo, ao nível do setor do Turismo, vem corroborar a justificação do investimento efetuado e, mesmo não podendo ser estabelecida uma relação de causa-efeito entre o investimento e a dinâmica crescente do setor, é legítimo concluir que terá certamente contribuído para esta.
- As Associações Empresariais (AE) ocupam um lugar de destaque na utilização do SIAC com relevo para as AE regionais de âmbito setorial. Estas entidades foram responsáveis por 5,6 milhões de investimento (40% do investimento enquadrado pelo SIAC), tendo promovido 25 projetos num total de 39.
- As entidades do SCTN apresentam um baixo acesso, relativamente ao SIAC e à PCI: apenas 8 projetos aprovados, que envolveram um investimento de 2,2 milhões de euros e um financiamento comunitário de 1,8 milhões de euros.
- Os principais *outputs* gerados pelos projetos apoiados pelo SIAC foram: Campanhas Promocionais (27% do volume de investimento e 31% do número total de projetos), Programas de Apoio ao Empreendedorismo (18% do volume de investimento e 10% do número total de projetos) e Redes (8% do volume de investimento e 13% do número total de projetos).
- Os projetos aprovados no âmbito da PCI visaram, maioritariamente, a capacitação da região Alentejo: 65% do montante de investimento e 61% do número total de projetos.
- Constata-se um significativo alinhamento do perfil de investimento nas Ações Coletivas à EREI Alentejo: 73% do investimento foi realizado em áreas relacionadas com os domínios de especialização da EREI Alentejo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Relatório Final da Avaliação Intercalar do Compete

(http://www.pofc.qren.pt/ResourcesUser/2013/Noticias/Conferencia/Avaliacao_Intercalar_COMPETE.pdf)

Regulamento Específico do Sistema de Apoio a Ações Coletivas

(<http://pofc.qren.pt/Regulamentacao/Legislacao?tag=3>)

Regulamento Específico do domínio da Promoção e Capacitação Institucional

(http://www.ifdr.pt/ResourcesUser/FEDER%20e%20FC%202007-2013/Regulamentacao/Documentos/11_Reg_Esp_Modernizacao_administrativa/2_Promocao_e_Capitacao_Institucional.pdf)

Avisos e convites para apresentação de candidaturas SIAC

<http://www.pofc.qren.pt/Concursos/Concursos-Fechados?ano=-1&area=3&tipo=-1&subTipo=-1&beneficiario=-1>

Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Alentejo – EREI Alentejo

(http://webb.ccdr-a.gov.pt/docs/ccdra/alentejo2020/EREI_Alentejo_vf.pdf)

Boletim de Conjuntura da Região Alentejo, N.º 4 – 1.º Trimestre de 2015

(<http://www.umpp.uevora.pt/publicacoes/Boletins-da-Conjuntura>)



UNIVERSIDADE
DE ÉVORA



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu de
Desenvolvimento Regional